SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 10

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 11
1. CONTEXTO OPERACIONAL 11
2. BASE DE PREPARAÇÃO 12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 15
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 15
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES 16
6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS 16
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR 17
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 19
10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO 19
11. INVESTIMENTOS 21
12. IMOBILIZADO 27
13. INTANGÍVEL 32
14. FORNECEDORES 33
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 33
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 34
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS 36
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 37
19. PROVISÕES 38
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 44
21. RECEITA 45
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 47
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 49
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 50
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 53
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO 60
27. SEGMENTOS OPERACIONAIS 62
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 63
29. EVENTOS SUBSEQUENTES 64

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO 67

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 77

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	116.502	290.549
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	181.532	600.754
Consumidores e Revendedores	5	954.324	649.571
Concessionários - Transporte de Energia		34.966	37.655
Ativo Financeiro da Concessão	10	7.947	4.582
Tributos Compensáveis	6	69.890	59.877
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	85.205	109.499
Dividendos a Receber		13.108	23.749
Estoques		4.739	5.596
Adiantamento a Fornecedores		74.667	4.450
Outros Créditos		71.501	70.693
TOTAL DO CIRCULANTE		**1.614.381**	**1.856.975**
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	2.140	10.283
Tributos Compensáveis	6	46.857	41.055
Depósitos Vinculados a Litígios	9	180.706	174.266
Transações com Partes Relacionadas		1.183	2.345
Outros Créditos		102.668	85.641
Ativo Financeiro da Concessão	10	1.370.967	1.268.404
Investimentos	11	5.691.235	4.039.033
Imobilizado	12	4.108.032	4.849.638
Intangíveis	13	34.079	50.396
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**11.537.867**	**10.521.061**
TOTAL DO ATIVO		**13.152.248**	**12.378.036**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.326.437	2.210.604
Debêntures	16	180.973	665.925
Fornecedores	14	324.945	309.010
Impostos, Taxas e Contribuições	15	86.991	84.237
Salários e Encargos Sociais		46.763	44.263
Encargos Regulatórios	17	47.038	45.727
Participações nos Lucros		29.834	24.881
Transações com partes relacionadas		58.857	-
Obrigações Pós-Emprego	18	36.570	34.615
Concessões a Pagar		2.904	21.025
Outras Obrigações		38.514	31.099
TOTAL DO CIRCULANTE		**2.179.826**	**3.471.386**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	748.978	754.250
Debêntures	16	3.470.775	3.405.921
Provisões	19	87.613	92.744
Obrigações Pós-Emprego	18	564.033	546.983
Impostos, Taxas e Contribuições	15	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8a	424.778	285.727
Encargos Regulatórios	17	71.601	53.827
Concessões a Pagar		18.050	149.855
Provisão para perdas – Opções de Venda		75.280	29.028
Outras Obrigações		573	472
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**5.562.914**	**5.420.040**
TOTAL DO PASSIVO		**7.742.740**	**8.891.426**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
Capital Social		1.837.710	1.700.000
Reservas de Lucros		1.309.293	1.309.293
Ajustes de Avaliação Patrimonial		443.380	477.317
Lucros Acumulados		1.819.125	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.409.508**	**3.486.610**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.152.248**	**12.378.036**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
RECEITA	21	**4.421.368**	**4.454.417**
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(143.560)	(131.123)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.232.789)	(766.790)
		(1.376.349)	(897.913)
CUSTO	22		
Pessoal		(129.446)	(120.661)
Materiais		(6.360)	(5.517)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(74.971)	(125.633)
Serviços de Terceiros		(51.689)	(56.499)
Depreciação e Amortização		(143.078)	(138.226)
Provisões Operacionais		(42.138)	(7.621)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(56.258)	(37.092)
Outros Custos Operacionais		(6.190)	(8.946)
		(510.130)	(500.195)
CUSTO TOTAL		**(1.886.479)**	**(1.398.108)**
LUCRO BRUTO		**2.534.889**	**3.056.309**
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas (reversão)		265	(652)
Despesas Gerais e Administrativas		(59.143)	(58.317)
Outras Despesas Operacionais		(75.338)	(58.574)
		(134.216)	(117.543)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(103.273)	(7.816)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		734.530	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		**3.031.930**	**2.930.950**
Receitas Financeiras	23	62.902	82.812
Despesas Financeiras	23	(479.987)	(275.963)
Resultado antes dos Impostos		**2.614.845**	**2.737.799**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8b	(689.432)	(945.268)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	(140.225)	18.326
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**1.785.188**	**1.810.857**
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		**0,6163**	**0,6251**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
RECEITA	21	**2.018.267**	**2.035.153**
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(71.342)	(66.176)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(625.007)	(411.091)
		(696.349)	(477.267)
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	22		
Pessoal e Administradores		(66.195)	(58.708)
Materiais		(3.766)	(2.611)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		2.547	(88.155)
Serviços de Terceiros		(26.089)	(24.306)
Depreciação e Amortização		(67.546)	(78.509)
Provisões Operacionais		(47.016)	(4.663)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(25.325)	(23.543)
Outros custos de operação		(4.627)	(2.835)
		(238.017)	(283.330)
CUSTO TOTAL		**(934.366)**	**(760.597)**
LUCRO BRUTO		**1.083.901**	**1.274.556**
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas (reversão)		12	(652)
Despesas Gerais e Administrativas		(26.955)	(40.572)
Outras Despesas Operacionais		(44.479)	(31.201)
		(71.422)	(72.425)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(65.980)	(8.865)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		**946.499**	**1.193.266**
Receitas Financeiras	23	34.772	34.148
Despesas Financeiras	23	(239.513)	(129.190)
Resultado antes dos Impostos		**741.758**	**1.098.224**
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(275.967)	(379.121)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	6.268	8.009
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**472.059**	**727.112**
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		**0,1630**	**0,2510**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
RESULTADO DO PERÍODO	1.785.188	1.810.857
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.785.188	1.810.857

PARA OS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14
RESULTADO DO PERÍODO	472.059	727.112
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	472.059	727.112

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**893.192**	**2.384.711**	**537.114**	**-**	**3.815.017**
Resultado do período	-	-	-	1.810.857	1.810.857
Resultado abrangente do período	**-**	**-**	**-**	**1.810.857**	**1.810.857**
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(25.007)	25.007	-
Aumento de Capital	806.808	(806.808)	-	-	-
Pagamendo de Dividendos (R$0,2924/ação)	-	(847.005)	-	-	(847.005)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	**1.700.000**	**730.898**	**512.107**	**1.835.864**	**4.778.869**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**1.700.000**	**1.309.293**	**477.317**	**-**	**3.486.610**
Resultado do período	-	-	-	1.785.188	1.785.188
Resultado abrangente do período	**-**	**-**	**-**	**1.785.188**	**1.785.188**
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(33.937)	33.937	-
Aumento de Capital	137.710	-	-	-	137.710
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	**1.837.710**	**1.309.293**	**443.380**	**1.819.125**	**5.409.508**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.785.188	1.810.857
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	144.086	139.729
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	22.263	1.833
Equivalência Patrimonial	103.273	7.816
Juros e Variações Monetárias	391.626	242.500
Imposto de Renda e Contribuição Social	829.657	926.942
Resultado em Operação Societária	(734.530)	-
Provisões para Perdas Operacionais	41.873	(55.042)
Obrigações Pós-Emprego	41.635	37.201
	2.625.071	3.111.836
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(286.948)	(312.862)
Tributos Compensáveis	(5.809)	124.367
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	24.294	49.491
Transporte de Energia	2.689	(2.094)
Depósito Judiciais	(5.210)	(13.027)
Dividendos Recebidos	23.810	8.351
Ativo Financeiro	4.818	2.106
Outros	(86.133)	(45.651)
	(328.489)	(189.319)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	15.158	32.920
Tributos e Contribuição Social	1.831	(6.881)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(77.382)	(44.055)
Salários e Contribuições Sociais	2.500	(2.698)
Encargos Regulatórios	14.412	6.652
Obrigações Pós-Emprego	(22.630)	(21.313)
Participação nos Lucros	4.953	848
Outros	(209)	(18.885)
	(61.367)	(53.412)
Caixa Gerado nas Operações	2.235.215	2.869.105
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(649.694)	(901.213)
Juros Pagos	(425.329)	(252.598)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.160.192**	**1.715.294**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos - Aporte	(84.445)	(92.467)
Aquisição de Investimentos	(309.684)	(2.160.341)
No Imobilizado	(6.242)	(16.555)
No Intangível	(1.327)	(2.421)
No Ativo Financeiro	(56.258)	(37.092)
Em Títulos e Valores Mobiliários	427.365	282.202
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(30.591)**	**(2.026.674)**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	30/06/2015	30/06/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	593.706	1.918.769
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(1.367.390)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.924.412)	(479.624)
Aumento de Capital	27.058	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(1.303.648)**	**71.755**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(174.047)**	**(239.625)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	290.549	1.107.174
No fim do exercício	116.502	867.549
	(174.047)	**(239.625)**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015		30/06/2014	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	5.117.186		5.110.864	
Receita de Construção	56.258		37.092	
Investimentos em Imobilizado	5.895		16.647	
Receita de valor justo em operação societária	734.530		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	265		(652)	
Receita de Indenização da Transmissão	54.872		63.315	
Outras receitas	189		-	
	5.969.195		5.227.266	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.312.282)		(812.320)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(153.108)		(138.945)	
Serviços de Terceiros	(72.350)		(88.802)	
Materiais	(60.878)		(32.628)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(80.760)		(132.751)	
Concessão Onerosa	(5.445)		(11.267)	
Outros Custos Operacionais	(51.898)		(11.097)	
	(1.736.721)		(1.227.810)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**4. 232.474**		**3.999.456**	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(144.086)		(139.729)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**4.088.388**		**3.859.727**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(103.273)		(7.816)	
Receitas Financeiras	62.902		82.812	
	(40.371)		**74.996**	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**4.048.017**		**3.934.723**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%
Empregados	**201.535**	**4,98**	**179.658**	**4,57**
Remuneração direta	146.259	3,61	120.790	3,07
Benefícios	47.153	1,17	50.670	1,29
FGTS	8.123	0,20	8.150	0,21
Programas de Desligamento de Empregados	-	-	48	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições	**1.571.647**	**38,83**	**1.659.111**	**42,17**
Federais	1.289.944	31,87	1.407.396	35,77
Estaduais	280.558	6,93	250.555	6,37
Municipais	1.145	0,03	1.160	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	**489.647**	**12,10**	**285.097**	**7,24**
Juros	479.987	11,86	275.963	7,01
Aluguéis	9.660	0,24	9.134	0,23
Remuneração de Capitais Próprios	**1.785.188**	**44,09**	**1.810.857**	**46,02**
Lucros Acumulados	1.785.188	44,09	1.810.857	46,02
	4.048.017	**100,00**	**3.934.723**	**100,00**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 68 Usinas, sendo 64 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de junho de 2015, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R$565.445. Esse excesso decorre, principalmente, de financiamentos com vencimento no curto prazo cuja destinação principal foi a viabilização do Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades de caixa, dentre as quais destacamos as rolagens de dívidas ou novas captações no mercado previstas para 2015 para cumprir as suas obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pela Diretoria Executiva e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 12 de agosto de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2015, está relacionada a seguir:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	30/06/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	27	Segmentos Operacionais
5	3	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	4	Títulos e Valores Mobiliários
7	5	Consumidores e Revendedores
8	6	Tributos e Contribuições Compensáveis
9	7	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Ativos Financeiros da Concessão
13	11	Investimentos
14	12	Imobilizado
15	13	Intangíveis
16	14	Fornecedores
17	15	Impostos, Taxas e Contribuições
18	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	17	Encargos Regulatórios
20	18	Obrigações Pós-Emprego
21	19	Provisões
22	20	Patrimônio Líquido
23	21	Receita
24	22	Custos e Despesas Operacionais
25	23	Receitas e Despesas Financeiras
26	24	Transações com Partes Relacionadas
27	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	28	Transações Não Envolvendo Caixa
32	29	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões, autorizações e os Efeitos da Medida Provisória n° 579 de 11 de setembro de 2012
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

2.3 – Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias do 2º trimestre de 2014, originalmente emitidas em 13 de agosto de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

30/06/2014 Demonstração de Resultado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita	**21**	**4.530.266**	**(75.849)**	**4.454.417**
Custos - CFURH	22	(66.774)	66.774	-
Outras Despesas Operacioanis	22	(67.649)	9.075	(58.574)

30/06/2014 Composição da Receita	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos	21	2.554.255	190.858	2.745.113
Receita de transmissão - com impostos	21	327.679	(190.858)	136.821
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	21	(681.006)	(75.849)	(756.855)

01/04/2014 a 30/06/2014 Demonstração de Resultado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita	**21**	**2.066.932**	**(31.779)**	**2.035.153**
Custos - CFURH	22	(27.242)	27.242	-
Outras Despesas Operacioanis	22	(35.738)	4.537	(31.201)

01/04/2014 a 30/06/2014 Composição da Receita	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos	21	1.244.342	83.936	1.328.278
Receita de transmissão - com impostos	21	151.489	(83.936)	67.553
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	21	(330.666)	(31.779)	(362.445)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	2.196	5.273
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	82.951	252.322
Overnight	31.304	32.954
Outros	51	-
	114.306	**285.276**
	116.502	**290.549**

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 75% a 109,6% conforme operação).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa n° 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários	79.485	138.872
Letras Financeiras – Bancos	58.265	350.228
Letras Financeiras do Tesouro	26.495	52.420
Debêntures	17.345	61.545
Outros	2.082	7.972
	183.672	**611.037**
Ativo Circulante	**181.532**	**600.754**
Ativo Não Circulante	**2.140**	**10.283**

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 109,6% conforme operação).

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas na norma contábil, está apresentada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2015	31/12/2014
Industrial	299.073	55.337	9.421	363.831	348.886
Comércio, Serviços e Outras	5.798	103	-	5.901	5.821
Suprimento a Outras Concessionárias	142.100	46.191	912	189.203	260.045
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	356.865	40.461	168	397.494	39.876
Suprimento – outros créditos	1.165	875	292	2.332	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.437)	(4.437)	(5.057)
	805.001	**142.967**	**6.356**	**954.324**	**649.571**
Ativo Circulante				**954.324**	**649.571**

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2013	Constituições (Reversões)	30/06/2014	31/12/2014	Constituições (Reversões)	Baixas	30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	4.498	652	5.150	5.057	(265)	(355)	4.437

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS a Recuperar	61.019	50.929
COFINS	4.771	5.018
PASEP	1.013	1.067
Outros	3.087	2.863
	69.890	**59.877**
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	38.897	32.210
COFINS	6.553	7.280
PASEP	1.407	1.565
	46.857	**41.055**
	116.747	**100.932**

Os créditos de PIS/PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de

acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 30 de junho de 2016.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar.

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	69.397	86.358
Contribuição Social	15.808	23.141
	85.205	**109.499**

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	30/06/2015	31/12/2014
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	141.640	136.357
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.509	1.720
Concessão Onerosa	8.173	62.325
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	55.383	41.403
Outros	10.785	9.109
	242.798	**276.222**
Passivos Fiscais Diferidos		
Custo Atribuído	(261.027)	(278.510)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	-	(55.954)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(245.997)	(227.341)
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(158.480)	-
Outros	(2.072)	(144)
	(667.576)	**(561.949)**
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	**(424.778)**	**(285.727)**

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(285.727)**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(140.225)
Incorporação de Capim Branco	1.174
Saldo em 30 de junho de 2015	**(424.778)**

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(226.768)**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	18.326
Saldo em 30 de junho de 2014	**(208.442)**

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**2.614.845**	**2.737.799**
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(889.047)	(930.852)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	4.299	8.373
Resultado de Equivalência Patrimonial	(32.244)	(2.658)
Ganho de Capital por Variação no Percentual de Participação no Capital da Aliança	88.392	-
Multas Indedutíveis	(2)	(105)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(934)	(1.899)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(119)	2
Outros	(2)	197
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	**(829.657)**	**(926.942)**
Imposto Corrente	(689.432)	(945.268)
Imposto Diferido	(140.225)	18.326
	(829.657)	**(926.942)**
Alíquota Efetiva	**31,73%**	**33,86%**

	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**741.758**	**1.098.224**
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(252.198)	(373.396)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	2.610	6.725
Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.565)	(3.014)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(527)	(1.552)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(16)	30
Outros	(3)	95
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	**(269.699)**	**(371.112)**
Imposto Corrente	(275.967)	(379.121)
Imposto Diferido	6.268	8.009
	(269.699)	**(371.112)**
Alíquota Efetiva	**36,36%**	**33,79%**

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973/14 estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais – Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhistas	58.405	55.084
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.310	8.014
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233
Outros	5.422	5.313
	114.965	**114.560**
Outros		
Bloqueio Judicial	152	321
Regulatórios	1.869	1.869
Outros	5.315	2.432
	7.336	**4.622**
	180.706	**174.266**

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à Aneel em 31 de julho de 2014, representava uma indenização à Companhia no valor de R$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012.

Em 23 de fevereiro de 2015, a Aneel enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R$1.157.106, que atualizado até 30 de junho de 2015 pelo IGP-M, corresponde ao valor de R$1.293.911, dos quais R$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Ainda não estão definidos pelo Poder Concedente o prazo e os critérios de atualização financeira para pagamento do valor remanescente da indenização.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/06/2015	31/12/2014
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	1.008.473	953.601
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	324.249	276.659
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	46.192	42.726
	1.378.914	**1.272.986**
Circulante	**7.947**	**4.582**
Não Circulante	**1.370.967**	**1.268.404**

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.272.986**
Adição	56.258
Recebimentos	(4.818)
Atualização Financeira do Laudo de Indenização	54.872
Transferências	(343)
Baixas	(41)
Saldo em 30 de junho de 2015	**1.378.914**

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**779.135**
Adição	37.092
Recebimentos	(2.106)
Reversão de Provisão	63.315
Transferências	(595)
Baixas	(296)
Saldo em 30 de junho de 2014	**876.545**

11. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	30/06/2015	31/12/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	37.485	34.296
Guanhães Energia	43.741	67.428
Hidrelétrica Pipoca	28.738	28.807
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	636.867	674.183
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	678.952	707.910
Lightger	38.121	38.900
Baguari Energia	188.414	193.351
Central Eólica Praias Parajuru	62.415	61.999
Central Eólica Volta do Rio	84.364	84.023
Central Eólica Praias de Morgado	62.824	62.332
Amazônia Energia	488.783	394.238
Aliança Geração	1.348.813	3.323
Aliança Norte	352.664	-
Retiro Baixo	148.343	149.944
Renova	1.490.711	1.538.299
	5.691.235	**4.039.033**

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/06/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	3.189	-	-	-	37.485
Guanhães Energia	67.428	(23.687)	-	-	-	43.741
Hidrelétrica Pipoca	28.807	1.202	-	(1.271)	-	28.738
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	674.183	(37.316)	-	-	-	636.867
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	707.910	(28.958)	-	-	-	678.952
Baguari Energia	193.351	6.927	-	(11.898)	34	188.414
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	350	-	-	66	62.415
Central Eólica Volta do Rio	84.023	341	-	-	-	84.364
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	492	-	-	-	62.824
Lightger	38.900	(779)	-	-	-	38.121
Amazônia Energia	394.238	(2.996)	97.541	-	-	488.783
Aliança Geração	3.323	29.846	581.114	-	734.530	1.348.813
Aliança Norte	-	(1.448)	354.112	-	-	352.664
Retiro Baixo	149.944	(2.848)	1.247	-	-	148.343
Renova	1.538.299	(47.588)	-	-	-	1.490.711
	4.039.033	**(103.273)**	**1.034.014**	**(13.169)**	**734.630**	**5.691.235**

	31/12/2013	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/06/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	4.230	-	(3.140)	-	35.012
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	3.803	-	(1.106)	-	27.766
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	642.585	(19.386)	40.000	-	-	663.199
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	-	-	610.269	-	-	610.269
Baguari Energia	199.411	6.911	-	-	96	206.418
Central Eólica Praias Parajuru	61.201	763	-	(493)	-	61.471
Central Eólica Volta do Rio	77.884	1.388	-	-	-	79.272
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	(466)	-	-	-	60.482
Lightger	40.076	1.362	-	(216)	-	41.222
Amazônia Energia	310.797	(2.035)	49.147	-	-	357.909
Chipley	-	(4.386)	739.943	-	-	735.557
Aliança	-	-	3.320	-	-	3.320
Renova	-	-	810.129	-	-	810.129
	1.519.321	**(7.816)**	**2.252.808**	**(4.955)**	**96**	**3.759.454**

c) As principais informações sobre as controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho 2015			Em 31 de dezembro 2014		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	76.500	49,00	35.000	69.991
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	89.367	49,00	137.608	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.647	49,00	41.360	58.789
Madeira Energia (*)	9.685.903.724	18,05	9.685.904	7.289.850	17,76	9.455.706	7.782.055
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	271.538	69,39	261.573	278.653
Central Eólica Praias de Parajuru (*)	70.560.000	49,00	70.560	127.378	49,00	70.560	126.529
Central Eólica Volta do Rio (*)	117.230.000	49,00	117.230	172.171	49,00	117.230	171.476
Central Eólica Praias de Morgado (*)	52.960.000	49,00	52.960	128.212	49,00	52.960	127.208
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	77.798	49,00	79.232	79.388
Amazônia Energia	595.398.523	74,50	644.759	656.084	74,50	562.670	529.178
Aliança Geração	1.271.026.380	45,00	1.291.450	2.997.362	-	-	-
Aliança Norte	20.673.567.931	49,00	574.497	719.720	-	-	-
Retiro Baixo (*)	222.850.000	49,90	233.449	297.280	49,90	217.350	300.489
Renova (*)	318.655.422	27,37	2.509.937	5.446.514	27,37	2.567.613	5.620.383

(*) Patrimônio Líquido incluindo o ágio na aquisição.

Sociedades	Janeiro a junho de 2015		Janeiro a junho de 2014	
	Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	6.508	6.408	8.632
Guanhães Energia	-	(48.339)	-	-
Hidrelétrica Pipoca	2.596	2.453	2.257	6.780
Madeira Energia	-	(367.175)	-	(193.865)
Baguari Energia	17.147	9.983	-	9.973
Central Eólica Praias de Parajuru	-	714	1.006	1.557
Central Eólica Volta do Rio	-	696	-	2.833
Central Eólica Praias de Morgado	-	1.004	-	(951)
Lightger	-	(1.590)	441	2.779
Amazônia Energia	-	(4.021)	-	2.733
Chipley	-	-	-	(10.965)
Aliança Geração	-	66.324	-	-
Aliança Norte	-	(2.955)	-	-
Retiro Baixo	-	(5.707)	-	-
Renova	-	(173.869)	-	-

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2015, R$21.630.642 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de junho de 2015, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R$3.904.330. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado, nas informações contábeis intermediárias da Companhia, um passivo no valor de R$75.280 decorrentes da melhor estimativa de perda dessas opções.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2015 é como segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**29.029**	**-**
Adições	46.251	-
Baixas	-	-
Saldo em 30 de junho de 2015	**75.280**	**-**

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R$32 milhões no valor das opções.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") tem como objetivo participar do capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e a participação é de 9,77%. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão Nº 001/2010 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda, de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% será destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia

A Cemig concluiu em 31 de março de 2015 a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A. (NESA), pertencentes a Vale, o que corresponde a uma participação indireta na NESA de 4,41%.

O preço da aquisição foi de R$309.684 referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESA até a data do fechamento, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte ate 28 de fevereiro de 2015, proporcionalmente a participação societária.

Valor justo da participação adquirida na Aliança Norte Energia Participações S/A é como segue:

	Valores justos das participações adquiridas (49,00%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Investimentos	249.935
Ativo intangível	90.861
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(220)
Impostos diferidos	(30.893)
Total dos ativos líquidos	**309.684**

Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	599.477
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	(149.725)
Acervo Líquido da Cemig GT	**449.752**
Acervo Líquido da Capim Branco	**131.362**
	581.114

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (Vale) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga empreendimento somente da Vale. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. A Cemig Capim Branco foi extinta nesta data, em decorrência da incorporação de seus saldos remanescentes de ativos e passivos pela Cemig GT.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Em conformidade com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, mais especificamente o CPC 18 R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), a Cemig GT reconheceu em suas Informações Contábeis Intermediárias o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos da Companhia que foram aportados na Vale.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	571.864	1.276.668	1.848.532
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171		
Exclusão do ajuste a valor justo referente aos ativos aportados pela Companhia	(582.777)		
Valor ajustado da participação da Cemig	1.306.394		
Valor contábil anteriormente registrado	(571.864)		
Ganho da transação a ser registrado no resultado do exercício de 2015	734.530		
Efeitos fiscais	(161.348)		
Efeito líquido no resultado do exercício	**573.182**		

12. IMOBILIZADO

	30/06/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	**15.611.814**	**(11.678.272)**	**3.933.542**	**16.455.764**	**(11.807.745)**	**4.648.019**
Terrenos	318.579	(6.830)	311.749	375.841	(9.151)	366.690
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.969.465	(5.120.520)	1.848.945	7.166.711	(5.113.666)	2.053.045
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.887.765	(1.460.733)	427.032	2.055.303	(1.503.526)	551.777
Máquinas e Equipamentos	6.394.186	(5.059.237)	1.334.949	6.814.701	(5.151.026)	1.663.675
Veículos	28.413	(20.815)	7.598	28.814	(19.580)	9.234
Móveis e Utensílios	13.406	(10.137)	3.269	14.394	(10.796)	3.598
Em Curso	**174.490**	**-**	**174.490**	**201.619**	**-**	**201.619**
Ativos em Formação	174.490	-	174.490	201.619	-	201.619
Imobilizado Líquido	**15.786.304**	**(11.678.272)**	**4.108.032**	**16.657.383**	**(11.807.745)**	**4.849.638**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Capitalização/ Transferencia	Aporte na Aliança Geração de Energia	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2015
Em Serviço	**4.648.019**	**39.240**	**35.590**	**(628.319)**	**(20.897)**	**(140.091)**	**3.933.542**
Terrenos	366.690	1.366	3.768	(40.796)	(17.429)	(1.850)	311.749
Reservatórios,Barragens e Adutoras	2.053.045	19.070	5.491	(163.123)	-	(65.538)	1.848.945
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	551.777	3.829	111	(115.659)	(670)	(12.356)	427.032
Máquinas e Equipamentos	1.663.675	14.969	26.222	(308.207)	(2.798)	(58.912)	1.334.949
Veículos	9.234	-		(335)	-	(1.301)	7.598
Móveis e Utensílios	3.598	6	(2)	(199)	-	(134)	3.269
Em Curso	**201.619**	**8.766**	**(32.688)**	**(3.077)**	**(130)**	**-**	**174.490**
Imobilizado Líquido	**4.849.638**	**48.006**	**2.902**	**(631.396)**	**(21.027)**	**(140.091)**	**4.108.032**

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Capitalização/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2014
Em Serviço	**4.929.532**	**-**	**5.072**	**(1.537)**	**(133.703)**	**4.799.364**
Terrenos	371.436	-	-	-	(2.459)	368.977
Reservatórios,BarragenseAdutoras	2.178.069	-	102	-	(57.090)	2.121.081
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	573.857	-	667	-	(8.718)	565.806
Máquinas e Equipamentos	1.792.949	-	4.218	(1.509)	(64.002)	1.731.656
Veículos	11.946	-	2	(26)	(1.349)	10.573
Móveis e Utensílios	1.275	-	83	(2)	(85)	1.271
Em Curso	**208.160**	**14.316**	**(4.539)**	**-**	**-**	**217.937**
Imobilizado Líquido	**5.137.692**	**14.316**	**533**	**(1.537)**	**(133.703)**	**5.017.301**

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcios

A Companhia participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica para a usina de Queimado, para a qual não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2015	2014
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	4	212.544	212.531
Depreciação acumulada			(67.889)	(61.361)
Total em operação			**144.655**	**151.170**
Em curso				
Usina de Queimado	82,5		1.798	1.704
Total em construção			**1.798**	**1.704**

A participação remanescente no consórcio, de 17,5%, é da Companhia Energética de Brasilia – CEB.

Renovação da concessão da Usina de Jaguara

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, por meio de Despacho, em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguara até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegurava que a Cemig GT permaneceria no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia ("MME") que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

Em 24 de junho de 2015, foi concluída a manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Até a data da publicação destas Informações Contábeis Intermediárias esse

acórdão ainda não havia sido publicado, sendo certo que a Companhia não foi intimada dessa decisão.

Em 22 de julho de 2015 a Companhia ajuizou medida cautelar com pedido liminar, perante a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de imprimir efeito suspensivo a embargos declaratórios e recurso ordinário que serão interpostos em face do acórdão a ser publicado pela 1ª Seção do STJ. Esse pedido de liminar ainda não foi apreciado.

A Companhia reconheceu, durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período, considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig GT não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/n°, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer n° 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos.

Em 16 de setembro de 2014, o MME, por meio do Ofício nº 239/2014, solicitou manifestação da Cemig GT quanto ao interesse de permanecer responsável pela prestação do serviço público de geração de energia elétrica da UHE São Simão. Em resposta (Carta DPR-0558A/2014), a concessionária ressaltou que se reserva no direito de pronunciar sobre a manutenção da mencionada usina após o julgamento definitivo no âmbito administrativo (Recurso Hierárquico) e judicial (referente à UHE Jaguara, mesma situação jurídica e fática).

Em 04 de novembro de 2014, a Cemig GT recebeu novo Ofício nº 332/2014, para manifestar o interesse em permanecer responsável pela prestação do serviço, ressaltando que a não manifestação explícita seria entendida como uma negativa à solicitação do MME. Em resposta a esse Ofício, a Companhia reiterou, em 17 de novembro de 2014, o disposto na Carta DPR-0558A/2014.

O Recurso Hierárquico ainda se encontra pendente de apreciação pelo MME e pela Presidente da República.

Em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguara), ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do MS nº 20.432/DF pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 21.465/DF, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015 , a Cemig GT interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da UHE São Simão, sob as bases iniciais do Contrato nº 007/1997.

Já no dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT (Ofício nº 238/2015-SPE-MME) para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, até que seja julgado definitivamente este mandado de segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

A Companhia reconheceu, durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período, considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos.

13. INTANGÍVEL

A taxa de amortização média anual é de 20,0%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	30/06/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	**83.824**	**(55.185)**	**28.639**	**99.716**	**(59.255)**	**40.461**
Servidão	11.494	(1.315)	10.179	13.467	(1.957)	11.510
Concessão Onerosa	19.169	(9.554)	9.615	34.649	(14.757)	19.892
Outros	53.161	(44.316)	8.845	51.600	(42.541)	9.059
Em Curso	**5.440**	**-**	**5.440**	**9.935**	**-**	**9.935**
Ativos em formação	5.440	-	5.440	9.935	-	9.935
Intangível Líquido - Controladora	**89.264**	**(55.185)**	**34.079**	**109.651**	**(59.255)**	**50.396**

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2014	Adição	Aporte na Aliança Geração de Energia	Baixa	Amortização	Capitalização/ Transferência	30/06/2015
Em Serviço	**40.461**	**3.874**	**(13.719)**	**-**	**(3.874)**	**1.897**	**28.639**
Servidão	11.510	54	(1.202)	-	(205)	22	**10.179**
Concessão Onerosa	19.892	3.820	(12.517)	-	(1.580)	-	**9.615**
Outros	9.059	-	-	-	(2.089)	1.875	**8.845**
Em Curso	**9.935**	**1.327**	**-**	**(1.366)**	**-**	**(4.456)**	**5.440**
Ativos em formação	9.935	1.327	-	(1.366)	-	(4.456)	**5.440**
Total	**50.396**	**5.201**	**(13.719)**	**(1.366)**	**(3.874)**	**(2.559)**	**34.079**

	31/12/2013	Adição	Amortização	Capitalização / Transferência	30/06/2014
Em Serviço	**45.409**	**-**	**(3.787)**	**2.118**	**43.740**
Servidão	12.087	-	(320)	62	**11.829**
Concessão Onerosa	23.385	-	(1.747)	-	**21.638**
Outros	9.937	-	(1.720)	2.056	**10.273**
Em Curso	**7.867**	**2.421**	**-**	**(2.056)**	**8.232**
Ativos em formação	7.867	2.421		(2.056)	8.232
Total	**53.276**	**2.421**	**(3.787)**	**62**	**51.972**

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do

valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	299.599	225.112
Materiais e Serviços	25.346	83.898
	324.945	**309.010**
Circulante	**324.945**	**309.010**

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	47.692	38.226
PASEP	4.571	5.802
COFINS	21.071	26.727
INSS	4.081	4.351
ISSQN	793	1.086
Outros	8.783	8.045
	86.991	**84.237**
Não Circulante		
PASEP	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175
	101.233	**101.233**
	188.224	**185.470**

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 7 das Informações Contábeis Intermediárias.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/06/2015						31/12/2014
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2024	1,78	Euro	1.205	10.082	11.287	10.526
Dívida em Moeda Estrangeira				**1.205**	**10.082**	**11.287**	**10.526**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10 do CDI	R$	561.098	360.000	921.098	918.828
Banco do Brasil S.A.	2015	106,90 do CDI	R$	596.219	-	596.219	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R$	7.913	76.943	84.856	88.667
Nota Promissória – 5ª emissão	2015	106,85 do CDI	R$	-	-	-	1.483.984
FINEP	2018	TJLP+5 e TJLP +8	R$	3.168	7.054	10.222	12.095
Banco do Brasil S.A.	2017	108 do CDI	R$	156.649	294.899	451.548	450.569
Consórcio Pipoca (2)	2015	IPCA	R$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				**1.325.232**	**738.896**	**2.064.128**	**2.954.328**
Total de Empréstimos e Financiamentos				**1.326.437**	**748.978**	**2.075.415**	**2.964.854**
Debêntures (1) – 2ª série - 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68	R$	-	-	-	554.158
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90	R$	22.775	479.969	502.744	528.866
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6	R$	5.260	250.774	256.034	248.272
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20	R$	18.213	840.032	858.245	833.042
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	R$	32.997	500.000	532.997	501.172
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI+1,7	R$	101.728	1.400.000	1.501.728	1.406.336
Total de Debêntures				**180.973**	**3.470.775**	**3.651.748**	**4.071.846**
Total Geral Consolidado				**1.507.410**	**4.219.753**	**5.727.163**	**7.036.700**

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Indexadores									
IPCA (1)	23.681	(48)	(47)	125.358	125.371	277.239	277.239	285.671	1.114.464
CDI (2)	1.471.491	1.007.401	1.327.442	700.000	-	-	-	-	4.506.334
TJLP (3)	5.698	10.766	10.766	9.982	7.631	7.631	7.631	34.973	95.078
EURO	594	1.188	1.188	1.188	1.188	1.188	1.188	3.565	11.287
Total	**1.501.464**	**1.019.307**	**1.339.349**	**836.528**	**134.190**	**286.058**	**286.058**	**324.209**	**5.727.163**

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/06/2015	30/06/2014	Indexador	30/06/2015	30/06/2014
Euro	7,23	(6,56)	IPCA	6,17	3,75
			CDI	5,92	4,97

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**7.036.700**
Financiamentos Obtidos	600.000
Custos de Captação	(6.294)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	**593.706**
Variação Monetária e Cambial	67.761
Encargos Financeiros Provisionados	378.737
Encargos Financeiros Pagos	(425.329)
Amortização de Financiamentos	(1.924.412)
Saldo em 30 de junho de 2015	**5.727.163**

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**4.092.806**
Financiamentos Obtidos	1.918.769
Variação monetária e cambial	71.062
Encargos financeiros provisionados	171.438
Encargos Financeiros Pagos	(252.598)
Amortização de financiamentos	(479.624)
Saldo em 30 de junho de 2014	**5.521.853**

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a junho de 2015.

Captações de Recursos

As captações de recursos em 2015 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil	09/2015	106,90% do CDI	593.706
Total de Captações			**593.706**

Garantias

Em 30 de junho de 2015 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/06/2015
Nota Promissória e Aval	5.705.655
Recebíveis	10.221
Sem Garantia	11.287
TOTAL	**5.727.163**

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações e, em 30 de junho de 2015, possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	Saldo em 30/06/2015	Saldo em 31/12/2014
2ª série – 2ª Emissão	2015	Não há	IPCA + 7,68	-	554.158
1ª série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	502.744	528.866
2ª série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	256.034	248.272
3ª série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	858.245	833.042
4ª Emissão	2016	Quirografária	CDI + 0,85	532.997	501.172
5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 0,70	1.501.728	1.406.336
TOTAL				**3.651.748**	**4.071.846**

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas ("Covenants"), de repactuação, e debêntures em tesouraria.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – "*Covenants*"

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva ("*Covenants*") atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão – RGR	10.128	12.898
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.893	3.255
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.084	2.067
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	4.225	4.118
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	4.696	4.160
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	90.176	70.837
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.437	2.219
	118.639	**99.554**
Passivo Circulante	**47.038**	**45.727**
Passivo Não Circulante	**71.601**	**53.827**

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	**180.924**	**235.675**	**6.394**	**158.605**	**581.598**
Despesa reconhecida no resultado	16.358	15.006	411	9.860	41.635
Contribuições Pagas	(12.892)	(8.047)	(238)	(1.453)	(22.630)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	**184.390**	**242.634**	**6.567**	**167.012**	**600.603**
Passivo Circulante					**36.570**
Passivo Não Circulante					**564.033**

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	**182.791**	**225.949**	**6.425**	**140.078**	**555.243**
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	13.123	14.689	418	8.971	37.201
Contribuições Pagas	(11.970)	(7.604)	(233)	(1.506)	(21.313)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	**183.944**	**233.034**	**6.610**	**147.543**	**571.131**
Passivo Circulante 30 de junho de 2014					**33.259**
Passivo Não Circulante 30 de junho de 2014					**537.872**

Os valores registrados no Circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/06/2015
Trabalhistas	54.482	5.311	-	(755)	59.038
Cíveis	93	191	-	(7)	277
Tributárias	3.652	1.195	-	(8)	4.839
Ambientais	851	-	(851)	-	-
Regulatórias	1.446	-	(483)	(157)	806
Outras	32.220	91	(9.567)	(91)	22.653
Total	**92.744**	**6.788**	**(10.901)**	**(1.018)**	**87.613**

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/06/2014
Trabalhistas	21.047	4.060	(1.415)	(316)	23.376
Cíveis	20	-	(20)	-	-
Tributárias	13.180	3.442	-	(9)	16.613
Ambientais	860	1	(833)	-	28
Regulatórias	2	9	-	-	11
Outras	21.515	2.438	(60)	(371)	23.522
Total	**56.624**	**9.950**	**(2.328)**	**(696)**	**63.550**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$133.495 (R$112.049 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R$59.038 (R$54.482 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R$32.226 (R$30.579 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$87.118 (R$78.473 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R$4.839 (R$3.652 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$23.448 (R$18.685 em 31 de dezembro de 2014), para os quais não há saldo provisionado em 30 de junho de 2015 (R$851 em 31 de dezembro de 2014).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$13.269 (R$13.267 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R$806 (R$1.446 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$21.238 (R$23.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$48.554 (R$26.399 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R$1.692 foram provisionados (R$8.568 em 31 de dezembro de 2014). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$59.064 (R$56.386 em 31 de dezembro de 2014) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$207.037 (R$196.281 em 31 de dezembro de 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei n° 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R$259.195 (R$250.154 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada como possível. A Administração acredita ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$26.854 (R$25.535 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$214.436 (R$195.470 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), na qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$142.262 (R$126.893 em 31 de dezembro de 2014). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R$286.169 (R$253.706 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos, assim, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R$90.221 (R$76.844 em 31 de dezembro de 2014).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na

opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$35.042 (R$23.864 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R$19.738 (R$18.508 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Aumento do Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia de R$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R$1.837.710, sem emissão de novas ações, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais. Este aumento decorre da aprovação da incorporação da Cemig Capim Branco pela Cemig GT.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.785.188	1.810.857
Lucro por ação – básico e diluído (em R$)	0,6163	0,6251

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	472.059	727.112
Lucro por ação (em R$)	0,1630	0,2510

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.246.909	2.745.113
Receita de Transmissão – com impostos (b)	161.604	136.821
Receita de Construção (c)	56.258	37.092
Receita de Indenização da Transmissão (d)	54.872	63.315
Transações com energia na CCEE (e)	1.699.559	2.217.236
Outras receitas operacionais	9.114	11.695
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(806.948)	(756.855)
	4.421.368	**4.454.417**

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.525.710	1.328.278
Receita de Transmissão – com impostos (b)	81.342	67.553
Receita de Construção (c)	25.325	23.543
Receita de Indenização da Transmissão (d)	54.872	63.315
Transações com energia na CCEE (e)	699.605	909.424
Outras receitas operacionais	4.068	5.485
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(372.655)	(362.445)
	2.018.267	**2.035.153**

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R$	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Industrial	9.340.782	10.148.832	1.788.464	1.726.079
Comercial	185.684	161.653	44.591	36.600
Subtotal	9.526.466	10.310.485	1.833.055	1.762.679
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	(2.475)	103.370
	9.526.466	**10.310.485**	**1.830.580**	**1.866.049**
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	7.120.875	7.135.241	1.508.129	948.564
Suprimento não Faturado Líquido	-	-	(91.800)	(69.500)
	16.647.341	**17.445.726**	**3.246.909**	**2.745.113**

	MWh (*)		R$	
	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
Industrial	4.650.249	5.260.970	924.421	890.887
Comercial	94.983	81.921	22.930	18.691
Subtotal	4.745.232	5.342.891	947.351	909.578
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	(29.801)	(1.032)
	4.745.232	**5.342.891**	**917.550**	**908.546**
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	3.011.388	3.245.645	659.760	451.432
Suprimento não Faturado Líquido	-	-	(51.600)	(31.700)
	7.756.620	**8.588.536**	**1.525.710**	**1.328.278**

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertecentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

(c) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período.

(d) Receita de Indenização da Transmissão

Em 2015 a Companhia registrou, em seu resultado, uma receita no valor de R$54.872 referente à atualização pelo IGP-M, até 30 de junho de 2015, do valor do Laudo de Indenização preliminar.

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315 , referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei 12.783/13.

(e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	280.191	250.252
COFINS	310.829	283.032
PIS-PASEP	67.461	61.418
ISSQN	399	598
	658.880	**595.300**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	15.146	20.031
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e PROINFA	24.010	21.596
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	17.260	17.575
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	17.260	17.633
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	8.630	8.871
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	12.351	9.075
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	53.411	66.774
	148.068	**161.555**
	806.948	**756.855**

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	143.920	130.362
COFINS	131.167	131.962
PIS-PASEP	28.464	28.637
ISSQN	177	274
	303.728	**291.235**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	7.477	9.886
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e PROINFA	11.261	9.733
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.763	7.925
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	7.763	7.925
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.881	3.962
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	6.183	4.537
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	24.599	27.242
	68.927	**71.210**
	372.655	**362.445**

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	161.118	147.403
Participação dos Empregados no Resultado	37.817	30.113
Obrigações Pós-Emprego	25.277	24.078
Materiais	7.605	6.694
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	74.971	125.633
Serviços de Terceiros (b)	64.282	67.266
Depreciação e Amortização	144.086	139.729
Provisões Operacionais	41.873	8.273
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	143.560	131.123
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.232.789	766.790
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	56.258	37.092
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	31.059	31.457
	2.020.695	**1.515.651**

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
Pessoal (a)	77.644	74.295
Participação dos Empregados no Resultado	23.207	16.617
Obrigações Pós-Emprego	12.639	12.039
Materiais	4.255	3.788
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia (recuperação de despesas)	(2.547)	88.143
Serviços de Terceiros (b)	32.181	31.648
Depreciação e Amortização	68.084	80.008
Provisões Operacionais	47.004	5.315
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	71.342	66.176
Energia Elétrica Comprada para Revenda	625.007	411.091
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	25.325	23.543
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	21.647	20.359
	1.005.788	**833.022**

a) Despesa com Pessoal	30/06/2015	30/06/2014
Remunerações e Encargos	138.103	127.928
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	9.831	9.365
Benefícios Assistenciais	14.870	14.399
	162.804	151.692
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(2.800)	(4.332)
	160.004	147.360
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário /Prêmio Aposentadoria	1.114	43
	161.118	**147.403**

a) Despesa com Pessoal	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14
Remunerações e Encargos	66.688	65.012
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.959	4.951
Benefícios Assistenciais	7.385	7.157
	79,032	77.120
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(1.820)	(2.741)
	77.212	74.379
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário /Prêmio Aposentadoria	432	(84)
	77.644	**74.295**

b) Serviços de Terceiros	30/06/2015	30/06/2014
Comunicação	3.212	2.569
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	9.090	12.674
Conservação e Limpeza de Prédios	11.985	11.461
Mão de Obra Contratada	282	701
Fretes e Passagens	1.518	1.867
Hospedagem e Alimentação	2.231	2.564
Vigilância	6.974	6.116
Consultoria	919	1.519
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	991	1.557
Manutenção e Conservação de Veículos	1.692	2.134
Energia Elétrica	1.297	1.092
Meio Ambiente	9.302	9.704
Limpeza de Faixas	990	1.669
Serviços de Reprografia	651	552
Serviços advocatícios e Custas Processuais	2.162	2.649
Outros	10.986	8.438
	64.282	**67.266**

b) Serviços de Terceiros	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14
Comunicação	2.517	1.320
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	3.664	6.665
Conservação e Limpeza de Prédios	6.489	5.760
Mão de Obra Contratada	189	227
Fretes e Passagens	861	1.187
Hospedagem e Alimentação	1.203	1.390
Vigilância	3.544	3.752
Consultoria (recuperação de despesas)	530	(2.920)
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	651	1.181
Manutenção e Conservação de Veículos	855	1.375
Energia Elétrica	801	608
Meio Ambiente	3.039	4.974
Limpeza de Faixas	687	827
Serviços de Reprografia	322	303
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.064	827
Outros	5.765	4.172
	32.181	**31.648**

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal	140	403
Materiais	41.614	17.209
Serviços de Terceiros	13.627	18.216
Outros	877	1.264
	56.258	**37.092**

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2014
Pessoal	104	112
Materiais	15.117	13.753
Serviços de Terceiros	9.226	9.015
Outros	878	663
	25.325	**23.543**

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2015	30/06/2014
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	43.749	65.605
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.778	7.001
Variação Monetária	4.061	4.740
Ajuste a Valor Presente	1.107	1.086
Penalidades Contratuais	5.053	47
Outras	5.154	4.333
	62.902	**82.812**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(371.994)	(174.927)
Variação Monetária – Forluz	(16.358)	(13.123)
Variação Monetária e cambial – Empréstimos e Financiamentos	(67.761)	(71.144)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(6.822)	(11.034)
Variações Monetárias	(4.487)	(3.031)
Outras	(12.565)	(2.704)
	(479.987)	**(275.963)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(417.085)**	**(193.151)**

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	25.787	27.728
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.891	996
Variação Monetária	2.053	1.493
Ajuste a Valor Presente	43	-
Outras	4.998	3.931
	34.772	**34.148**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(190.753)	(90.115)
Variação Monetária – Forluz	(7.801)	(6.474)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	(26.260)	(26.753)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(1.085)	224
Variações Monetárias	(3.774)	(1.637)
Ajuste a Valor Presente	-	(3.826)
Outras	(9.840)	(609)
	(239.513)	**(129.190)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(204.741)**	**(95.042)**

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	276	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Norte								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social	-	-	22.378	-	-	-	-	-
Amazônia Energia								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social	-	-	36.393	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	10.329	20.183	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	649	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Praias Parajuru								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	812	878	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	501	-	-	-	(1.705)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.272	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(6.198)	(5.855)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(30.292)	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	74.667	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	1.101	824	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	31.687	11.988	3.133	2.773	163.245	66.697	(4.351)	(17.660)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	1.120	2.319	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Debêntures (3)	-	-	-	-	-	-	-	(3.601)
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	515	230	131	132	9.927	4.995	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.427	1.570	-	-	(6.588)	(6.462)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	16.046	14.681	-	-	(16.358)	(13.123)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(9.831)	(9.365)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(2.591)	(2.517)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	332	308	-	-	(1.945)	(2.412)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	168.344	166.243	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	17.514	17.066	-	-	(15.417)	(15.107)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	231.687	225.003	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
(2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
(3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé.
(4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
(5) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(7) Aluguel do edifício sede;
(8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18);

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 5, 14 e 22.

Aportes para Aumento do Capital Social da Amazônia Energia e da Aliança Norte

A Companhia realizou aportes nas controladas em conjunto Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. para a aquisição de participação na Norte Energia S.A. (“NESA”). Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 11.

Adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em 06 de fevereiro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R$74.667, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 130% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA em função do suprimento de energia.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2015, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig GT de 9,31% no fundo de investimento, em 30 de junho de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig GT 9,31%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	981
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	4.926
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	936
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.133
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.666
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	941
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	529
Cemig Telecom	Nota de Crédito	110,40% do CDI	14/12/2015	498
				13.610

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela Cemig.

	30/06/2015	30/06/2014
Remuneração	6.551	4.533
Participação nos Resultados	568	1.288
Benefícios Pós Emprego	383	476
Benefícios Assistenciais	159	78
Total	**7.661**	**6.375**

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar, fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

- Passivos financeiros referentes a opções de venda: São mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessa opção pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Bancos	2.196	2.196	5.273	5.273
Equivalentes de Caixa - Aplicações	114.306	114.306	285.276	285.276
Fundos Vinculados	16	16	38	38
Consumidores e Revendedores	954.324	954.324	649.571	649.571
Concessionários - Transporte de Energia	34.966	34.966	37.655	37.655
Ativos Financeiros da Concessão	1.008.473	1.008.473	953.601	953.601
	2.114.281	**2.114.281**	**1.931.414**	**1.931.414**
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	63.327	63.262	69.648	69.125
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	120.345	120.345	541.389	541.389
Passivos Financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda SAAG	75.280	75.280	29.028	29.028
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	324.945	324.945	309.010	309.010
Concessões a Pagar	20.954	21.368	170.880	213.467
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.727.163	5.722.511	7.036.700	7.028.499
Dívida Pactuada com Forluz	184.390	184.390	180.924	180.924
	6.257.452	**6.253.214**	**7.697.514**	**7.731.900**

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.
A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	30/06/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	114.306	285.276
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	183.672	611.037
Fundos Vinculados	16	38
	297.994	896.351
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 16)	(4.506.334)	(5.289.762)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 16)	(95.078)	(100.762)
	(4.601.412)	(5.390.524)
Passivo Líquido Exposto	**(4.303.418)**	**(4.494.173)**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de junho de 2016, as taxas SELIC e TJLP serão de 14,00% e 6,75%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/06/2015	30 de junho de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 14,00% TJLP 6,75%	Cenário SELIC 17,50% TJLP 8,44%	Cenário SELIC 21,00% TJLP 10,13%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	114.306	130.309	134.310	138.310
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	183.672	209.386	215.815	222.243
Fundos Vinculados	16	18	19	19
	297.994	339.713	350.144	360.572
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 16)	(4.506.334)	(5.137.221)	(5.294.942)	(5.452.664)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 16)	(95.078)	(101.496)	(103.103)	(104.709)
	(4.601.412)	**(5.238.717)**	**(5.398.045)**	**(5.557.373)**
Passivo Líquido Exposto	**(4.303.418)**	**(4.899.004)**	**(5.047.901)**	**(5.196.801)**
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**(595.586)**	**(744.483)**	**(893.383)**

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	30/06/2015	31/12/2014
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(1.114.464)	(1.635.650)
(-) Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 10)	1.008.473	953.601
Passivo Líquido Exposto	**(105.991)**	**(682.049)**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,33% e 4,41%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2015	30 de junho de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,33% IGP-M 4,41%	Cenário IPCA 6,66% IGP-M 5,51%	Cenário IPCA 8,00% IGP-M 6,62%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - IPCA (nota 16)	(1.114.464)	(1.173.865)	(1.188.687)	(1.203.621)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M	1.008.473	1.052.947	1.064.040	1.075.234
Passivo Líquido Exposto	**(105.991)**	**(120.918)**	**(124.647)**	**(128.387)**
Efeito Líquido da Variação da inflação		**(14.927)**	**(18.656)**	**(22.396)**

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações. Alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicadando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita e conjuntamente na geração de caixa caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	324.945	-	-	-	-	324.945
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	607.087	765.077	500.166	4.731.820	907.729	7.511.879
Concessões a pagar	451	642	1.681	8.768	14.027	25.569
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.191	6.670	18.304	122.564	146.503	296.232
	934.674	**772.389**	**520.151**	**4.863.152**	**1.068.259**	**8.158.625**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R$4.437.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R$1,0 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R$400 milhões e R$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva ("covenant") de certificação anual, que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a Cemig GT a providenciar, em até 6 meses contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Total do Passivo	7.742.740	8.891.426
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3)	(116.502)	(290.549)
Passivo Líquido	**7.626.238**	**8.600.877**
Total do Patrimônio Líquido	**5.409.508**	**3.486.610**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**1,41**	**2,47**

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/06/2015	Valor justo em 30 de junho de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	79.485	-	79.485	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	58.265	-	58.265	-
Letras Financeiras do Tesouro	26.495	26.495	-	-
Debêntures	17.345	-	17.345	-
Outros	2.082	-	2.082	-
	183.672	**26.495**	**157.177**	-
Passivos				
Opções de venda SAAG	**(75.280)**	**-**	**-**	**(75.280)**
	108.392	**26.495**	**157.177**	**(75.280)**

Metodologia de cálculo do valor justo

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo da opção da SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios da Companhia. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias, à taxa de 8% ao ano.

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2015 e 2014 estão apresentados, de forma consolidada, nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	30 de junho 2015		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	**11.744.220**	**1.408.028**	**13.152.248**
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	**5.691.235**	**-**	**5.691.235**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**401.698**	**56.258**	**457.956**
RECEITA LÍQUIDA	**4.178.172**	**243.196**	**4.421.368**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.232.789)	-	(1.232.789)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(143.430)	(130)	(143.560)
	(1.376.219)	**(130)**	**(1.376.349)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(100.367)	(60.751)	(161.118)
Participação dos Empregados no Resultado	(29.495)	(8.322)	(37.817)
Obrigações Pós Emprego	(17.138)	(8.139)	(25.277)
Materiais	(5.468)	(2.137)	(7.605)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(74.971)	-	(74.971)
Serviços de Terceiros	(48.803)	(15.479)	(64.282)
Depreciação e Amortização	(144.086)	-	(144.086)
Provisões (Reversões)	(43.005)	1.132	(41.873)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(56.258)	(56.258)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(24.461)	(6.598)	(31.059)
	(487.794)	**(156.552)**	**(644.346)**
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	**(1.864.013)**	**(156.682)**	**(2.020.695)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(103.273)	-	(103.273)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530	-	734.530
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	**2.945.416**	**86.514**	**3.031.930**
Receitas Financeiras	47.212	15.690	62.902
Despesas Financeiras	(385.182)	(94.805)	(479.987)
Resultado antes do IR e CSLL	**2.607.446**	**7.399**	**2.614.845**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(826.562)	(3.095)	(829.657)
RESULTADO DO EXERCICIO	**1.780.884**	**4.304**	**1.785.188**

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2014 - Reclassificado		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	**11.242.272**	**1.122.420**	**12.364.692**
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	**3.759.454**	**-**	**3.759.454**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**2.271.784**	**37.092**	**2.308.876**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**4.257.411**	**197.006**	**4.454.417**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(766.790)	-	(766.790)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(130.984)	(139)	(131.123)
	(897.774)	(139)	(897.913)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(97.037)	(50.366)	(147.403)
Participação dos Empregados	(20.959)	(9.154)	(30.113)
Obrigação Pós Emprego	(16.778)	(7.300)	(24.078)
Material	(4.643)	(2.051)	(6.694)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(125.633)	-	(125.633)
Serviços de Terceiros	(50.332)	(16.934)	(67.266)
Depreciação e Amortização	(139.729)	-	(139.729)
Provisões	(5.758)	(2.515)	(8.273)
Custo de Construção	-	(37.092)	(37.092)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(21.140)	(10.317)	(31.457)
	(482.009)	(135.729)	(617.738)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	**(1.379.783)**	**(135.868)**	**(1.515.651)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.816)	-	(7.816)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	**2.869.812**	**61.138**	**2.930.950**
Receitas Financeiras	57.769	25.043	82.812
Despesas Financeiras	(154.085)	(121.878)	(275.963)
Resultado antes do IR e CSLL	**2.773.496**	**(35.697)**	**2.737.799**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(938.994)	12.052	(926.942)
RESULTADO DO PERÍODO	**1.834.502**	**(23.645)**	**1.810.857**

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de junho de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530	-
Ativos aportados na Aliança Geração de Energia S.A.	581.114	-
Aporte de Capital na Amazônia Energia	36.393	-
Aporte de Capital na Aliança Norte	22.378	-
Receita de construção	56.258	37.092
	1.430.673	**37.092**

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Venda de Ativos da Renova

No dia 15 de julho de 2015, a Renova Energia ("Renova") concluiu o acordo para contribuição de ativos para a TerraForm Global. A operação tem por objetivo aumentar a competividade, a geração de valor e a capacidade de crescimento da Companhia. Com essa transação, a Renova terá ainda novas opções de financiamento baseadas nos contratos de permuta do Backlog e nas ações da Terraform Global recebidas como pagamento, fortalecendo a estrutura de capital para o desenvolvimento dos projetos. A operação foi dividida em duas fases conforme a seguir explicado:

Primeira Fase - Ativos Operacionais

Anunciada em 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no leilão de energia de reserva dedicado à fonte eólica LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro; e

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento.

Os valores acima estão sujeitos aos ajustes contemplados nos respectivos contratos.

Segunda Fase – Projetos do Backlog e Opção de Compra Ativos Futuros

Anunciada em 15 de julho de 2015, compreende outros ativos que possuem contratos de venda de energia de longo prazo, operacionais e não-operacionais ("Backlog") e projetos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Renova que vierem a vender energia em contratos de longo prazo ("Pipeline"), e contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos de cada projeto do Backlog, conforme listados abaixo, pelo

valor total da empresa (*enterprise value*, que considera as dívidas no valor do ativo) de R$ 13,4 bilhões. Os valores serão ajustados na data da permuta conforme as disposições contratuais aplicáveis. Os ativos, com 2.204,2 MW de capacidade instalada, serão permutados após suas respectivas entradas em operação comercial e conforme cronograma abaixo negociado pelas partes, e a Renova receberá o valor correspondente em ações da TerraForm Global com base na média das cotações dos últimos 30 pregões anteriores ao fechamento.

Ativo	Capacidade instalada (MW)	Ano de Permuta
Light I	200,70	2017
Light II	202,80	2017
LEN A-5 2012	18,90	2017
LER 2010	167,70	2018
LEN A-3 2011	218,40	2018
LER 2014 - eólico	43,50	2018
LER 2014 - solar (1)	53,50	2018
LER 2013	159,00	2019
PPA Cemig (2)	676,20	2019
LEN A-5 2013	355,50	2020
LEN A-5 2014	108,00	2020

(1) Considera 50% do PPA, em função da Joint Venture com a SunEdison
(2) Considera 100% do PPA Cemig, uma vez que a Cemig não exerceu seu direito para aquisição de 50% do ativo

(ii) Contrato de opção por meio do qual a TerraForm Global terá, até 31 de dezembro de 2016, uma opção de compra e preferência na aquisição dos projetos de energia renovável em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Companhia que vierem a vender energia em contratos de longo prazo. A quantidade de ações da TerraForm Global a ser recebida pela Renova será determinada com base num múltiplo do caixa disponível para distribuição do respectivo projeto nos anos seguintes à transferência, conforme metodologia acordada entre as partes. Após esse prazo, as partes irão negociar nova mecânica da opção de compra e preferência na aquisição dos projetos, visando refletir as condições de mercado e a competitividade da Renova.

Também foi acordado que, observadas determinadas condições do contrato, a Renova terá direito de indicar um membro do conselho de administração da TerraForm Global.

Condições Precedentes para o Fechamento da Operação

A consumação das duas fases da Operação descritas acima, está sujeita a uma série de condições suspensivas, incluindo a realização do IPO da TerraForm Global, com conlusão prevista para agosto de 2015, e a obtenção de consentimento de terceiros e aprovações regulatórias, incluindo ANEEL e Eletrobrás.

Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 20 de julho de 2015, a Companhia obteve, em decisão proferida pela Justiça Federal, o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela para determinar à ANEEL que, até o trânsito em julgado da demanda, não sejam aplicados os efeitos do ajuste do mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico das usinas hidrelétricas (MRE), quando a geração de energia efetiva do conjunto de usinas participantes desse condomínio for inferior à sua garantia física.

A decisão tem o objetivo de estancar os desembolsos de caixa ocorridos em razão dos atuais baixos valores do GSF (Generation Scaling Factor), que refletem, desde o início de 2014, a redução da geração hidrelétrica por força de diversos atos de ordem tanto estrutural quanto conjuntural, alheios à Companhia.

Emissão de Debêntures

Em 15 de julho de 2015, a Companhia concluiu a sua 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 (noventa e sete mil, duzentos e setenta e cinco) debêntures da 1ª série e 2.725 (duas mil, setecentas e vinte e cinco) debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

As debêntures da 1ª série têm prazo de três anos a contar da data de emissão e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 1,60% ao ano.

As debêntures da 2ª série têm prazo de cinco anos a contar da data de emissão, com correção monetária pelo IPCA, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 8,07% ao ano.

A 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

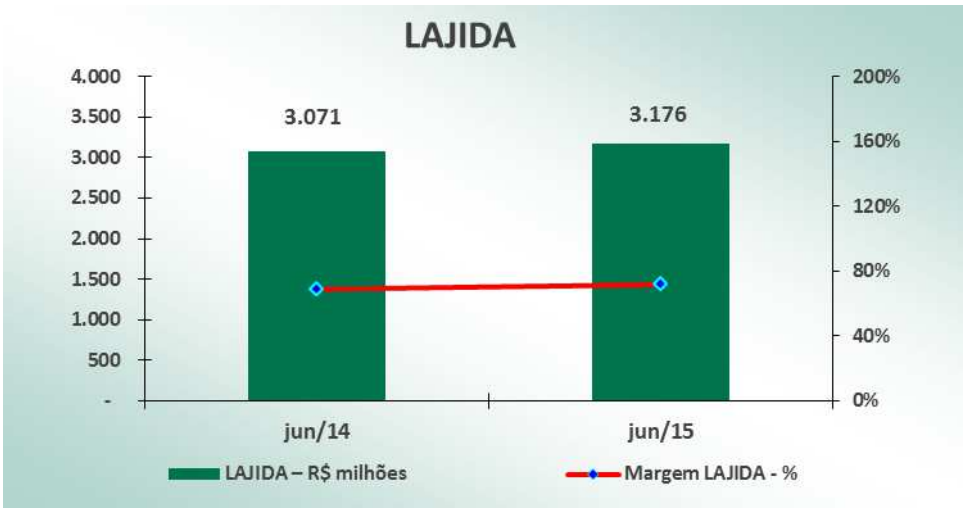
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2015, um resultado de R$1.785.188, em comparação ao resultado de R$1.810.857 no mesmo período de 2014, uma redução de 1,42%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no primeiro semestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R$ mil	30/06/2015	30/06/2014	Var %
Resultado do Período	1.785.188	1.810.857	(1,42)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	829.657	926.942	(10,50)
+ Resultado Financeiro Líquido	417.085	193.151	115,94
+ Amortização e Depreciação	144.086	139.729	3,12
= LAJIDA	**3.176.016**	**3.070.679**	**3,43**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um

substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

No primeiro semestre de 2015 o LAJIDA apresentou aumento de 3,43%, em comparação ao mesmo período de 2014. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 68,94% para 71,83%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R$		Preço Médio – R$/MWh	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014 Reclassificado	30/06/2015	30/06/2014
Industrial	9.340.782	10.148.832	1.788.464	1.726.079	191,47	158,32
Comercial	185.684	161.653	44.591	36.600	240,14	226,41
Subtotal	9.526.466	10.310.485	1.833.055	1.762.679	192,42	170,96
Fornec. não Faturado, Líquido	-	-	(2.475)	103.370	-	-
	9.526.466	**10.310.485**	**1.830.580**	**1.866.049**	**-**	**-**
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	7.120.875	7.135.241	1.508.129	948.564	211,79	129,50
Suprimento Não faturado	-	-	(91.800)	(69.500)	-	-
	16.647.341	**17.445.726**	**3.246.909**	**2.745.113**	**-**	**-**

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$3.246.909 no primeiro semestre de 2015 em comparação a R$2.745.113 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 18,28%. Este resultado decorre do aumento de 29,14% no preço médio/MWh faturado compensado, parcialmente, pela redução de 4,58% na quantidade de energia fornecida.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R$161.604 no primeiro semestre de 2015 comparado a R$136.821 no mesmo período de 2014, representando aumento de 18,11% devido a novos investimentos no período, o que gera um incremento na receita e atualização, pela inflação, da RAP.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$1.699.559 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$2.217.236 no mesmo período de 2014, redução de 23,35%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 48,36% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R$370,72/MWh em 2015 e R$717,93/MWh em 2014).

Apesar da redução do GSF (*General Scalling Factor*), a Companhia teve mais energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, o que compensou parcialmente a redução no preço médio de vendas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$806.948 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$756.855 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 6,62%. Este aumento é decorrente, basicamente, da maior receita em 2015 sobre a qual os impostos são incidentes.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$2.020.695 no primeiro semestre de 2015 em comparação com R$1.515.651 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 33,32%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nos custos e despesas operacioanais, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$1.232.789 no primeiro semestre de 2015 em comparação com R$766.790 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 60,77%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento de 60,17% no volume de energia comprada em 2015 (7.677.825 MWh) comparado com 2014 (4.793.679 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R$161.118 no primeiro semestre de 2015 em comparação com R$147.403 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 9,30%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, sendo 6,34% em função do Acordo Coletivo do Trabalho e 3,00%, a partir de março de 2015, como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões Operacionais

A despesa com provisões foi de R$41.873 no primeiro semestre de 2015 em comparação com R$8.273 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 406,14% decorrente, principalmente, da constituição de provisão para perda nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A., no valor de R$46.251.

Mais informações na Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias

Matéria-Prima

A despesa com matéria prima e insumos para produção de energia foi de R$74.971 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$125.633 no mesmo período de 2014 apresentando uma redução de 40,33%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina em 2015 para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento de 51,67% no primeiro semestre de 2015, R$56.258 em 2015 na comparação com R$37.092 no mesmo período de 2014. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Demais Itens de Custos e Despesas Operacionais

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R$453.686 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$430.460 no mesmo período de 2014, apresentando redução de 5,40%.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de Equivalência Patrimonial no primeiro semestre de 2015 foi uma despesa de R$103.273, comparada a uma despesa de R$7.816 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia, Renova e Guanhães Energia.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, o ganho de R$734.530 referente a avaliação a valor justo dos ativos da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$417.085 no primeiro semestre de 2015 comparado a uma despesa financeira líquida de R$193.151 no mesmo período de 2014, aumento de 115,94%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução na receita de aplicações financeiras: R$43.749 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$65.605 no mesmo 2014, uma variação negativa de 33,31% em função de menor volume de recursos aplicados;

- redução na receita de acréscimos moratórios na conta de energia R$3.778 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$7.001 no mesmo período e 2014 apresentando redução de 46,04%. O valor apurado em 2014 foi impactado pelo recebimento de multa contratual em função da rescisão unilateral, por alguns clientes, do contrato de fornecimento de energia;
- aumento nos encargos de empréstimos e financiamentos: R$371.994 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$174.927 no mesmo período de 2014, aumento de 112,66% decorrente, basicamente, do aumento da dívida indexada ao CDI em 2015 aliado à variação deste indexador em 2015 (5,92%) comparado a 2014 (4,97%);
- redução de 38,17% da despesa de variação monetária referente à concessão onerosa no valor de R$6.822 no primeiro semestre de 2015 comparados a R$11.034 no mesmo período de 2014, decorrente, principalmente, da transferência da concessão de Porto Estrela para a Aliança.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$829.657 em relação ao Resultado de R$2.614.485 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 31,73%. No mesmo período de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$926.942 em relação ao Resultado de R$2.737.799 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,86%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

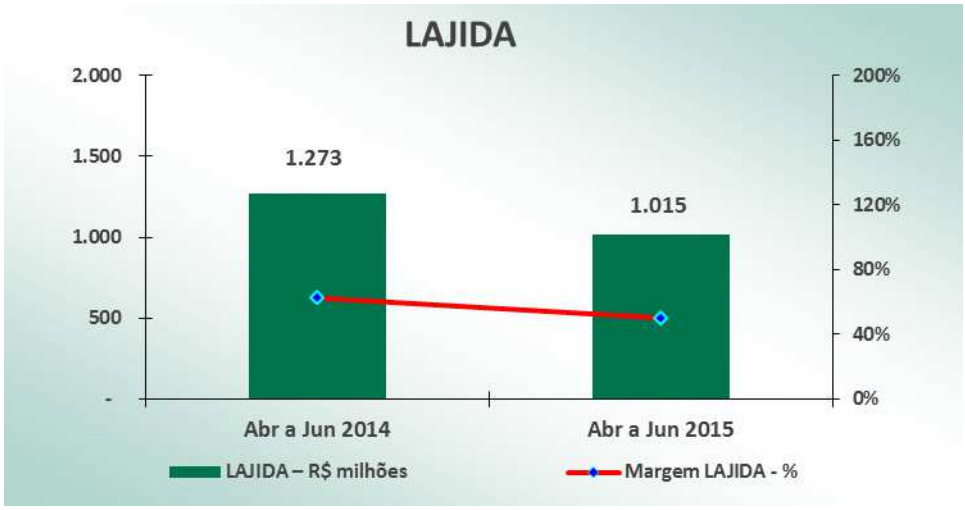
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2015, um resultado líquido de R$472.059 em comparação ao resultado líquido de R$727.112 no segundo trimestre de 2014, representando uma redução de 35,08%. As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou queda no segundo trimestre de 2015 em comparação com o segundo trimestre de 2014, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Abr a jun/15	Abr a jun/14	Var %
Resultado do Período	472.059	727.112	(35,08)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	269.699	371.112	(27,33)
+ Resultado Financeiro Líquido	204.741	95.042	115,42
+ Amortização e Depreciação	68.084	80.008	(14,90)
= LAJIDA	**1.014.583**	**1.273.274**	**(20,32)**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA, no segundo trimestre de 2015, apresentou uma redução de 20,32% em comparação ao mesmo período de 2014. Em consonância com o valor do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 62,57% para 50,27%.

Composição da Receita

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.525.710	1.328.278
Receita de Transmissão – com impostos	81.342	67.553
Receita de Construção	25.325	23.543
Receita de Indenização da Transmissão	54.872	63.315
Transações com energia na CCEE	699.605	909.424
Outras receitas operacionais	4.068	5.485
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(372.655)	(362.445)
	2.018.267	**2.035.153**

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R$		Preço Médio – R$/MWh	
	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
Industrial	4.650.249	5.260.970	924.421	890.887	198,79	169,34
Comercial	94.983	81.921	22.930	18.691	241,41	228,16
Subtotal	**4.745.232**	**5.342.891**	**947.351**	**909.578**	**199,64**	**170,24**
Fornec. não Faturado, Líquido	-	-	(29.801)	(1.032)	-	-
	4.745.232	**5.342.891**	**917.550**	**908.546**	**-**	**-**
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.011.388	3.245.645	659.760	451.432	219,09	139,09
Suprimento Não faturado	-	-	(51.600)	(31.700)	-	-
	7.756.620	**8.588.536**	**1.525.710**	**1.328.278**	**-**	**-**

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.
(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

No segundo trimestre de 2015, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$1.525.710, apresentando crescimento de 14,86% em comparação ao montante de R$1.328.278 apurado no segundo trimestre de 2014. Este aumento decorre da variação 30,75% do preço médio/MWh faturado compensado, parcialmente, pela redução de 9,69% na quantidade de energia fornecida.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R$81.342 no segundo trimestre de 2015 comparado a R$67.553 no mesmo período de 2014, representando aumento de 20,41% devido a novos investimentos no período, o que gera um incremento na receita, e atualização, pela inflação, da RAP.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$699.605 no segundo trimestre de 2015 comparados a R$909.424 no mesmo período de 2014, apresentando redução de 23,07%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 47,70% no valor

médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R$356,81/MWh no segundo trimestre de 2015 e R$682,20/MWh no segundo trimestre de 2014).

Apesar da redução do GSF *(General Scalling Factor*), a Companhia teve mais energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, o que compensou parcialmente a redução no preço médio de vendas.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de Equivalência Patrimonial no segundo trimestre de 2015 foi uma despesa de R$65.980, comparada a uma despesa de R$8.865 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia, Renova e Guanhães Energia.

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	143.920	130.362
COFINS	131.167	131.962
PIS-PASEP	28.464	28.637
ISSQN	177	274
	303.728	**291.235**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	7.477	9.886
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e PROINFA	11.261	9.733
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.763	7.925
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	7.763	7.925
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.881	3.962
Taxa de Fiscalização	6.183	4.537
Compensação Financeira de Recursos Hídricos	24.599	27.242
	68.927	**71.210**
	372.655	**362.445**

As Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita que compõe a base de cálculo dos impostos.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$1.005.988, no segundo trimestre de 2015, comparados a R$883.022 no segundo trimestre de 2014, representando um aumento de 20,76%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$625.007, no segundo trimestre de 2015, comparados a R$411.091 no segundo trimestre de 2014, representando um crescimento de 52,04%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 37,21% no volume de energia comprada, sendo 4.004.140 MWh no

segundo trimestre de 2015 comparados a 2.516.670 MWh no mesmo período de 2014, combinado com a elevação do preço da energia elétrica verificada em 2015.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria prima e insumos para produção de energia foi uma recuperação de despesas de R$2.547 no segundo trimestre de 2015 comparados à despesa de R$88.143 no mesmo período de 2014 apresentando uma redução de 102,89%. Este resultado decorre da paralisação das atividades da Usina Termelétrica de Igarapé no segundo trimestre de 2015, em função da necessidade de manutenção e instalação de novos equipamentos.

Provisões Operacionais

A despesa com provisões foi de R$47.004 no segundo trimestre de 2015 em comparação com R$5.315 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 784,37% decorrente, principalmente, da constituição de provisão para perda nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A., no valor de R$46.251.

Mais informações na Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado Financeiro Líquido

	Abr a Jun/15	Abr a Jun/14
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	25.787	27.728
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.891	996
Variação Monetária	2.053	1.493
Ajuste a Valor Presente	43	-
Outras	4.998	3.931
	34.772	**34.148**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(190.753)	(90.115)
Variação Monetária – Forluz	(7.801)	(6.474)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(26.260)	(26.753)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(1.085)	224
Variações Monetárias	(3.774)	(1.637)
Ajuste a Valor Presente	-	(3.826)
Outras	(9.840)	(609)
	(239.513)	**(129.190)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(204.741)**	**(95.042)**

Na comparação dos valores do segundo trimestre de 2015 com o segundo trimestre de 2014, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R$204.741 em 2015, comparado a uma despesa líquida de R$95.042 em 2014, apresentando aumento de 115,42%.

A seguir destaca-se os itens que, individualmente, apresentaram as variações mais relevantes.

- Aumento do resultado líquido de ajuste a valor presente: receita líquida de R$43 no segundo trimestre de 2015 comparado a uma despesa líquida de R$3.826 no mesmo período de 2014, representando aumento de 101,12% decorrente, principalmente, da transferência da concessão onerosa de Porto Estrela para a Aliança;

- Aumento nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R$190.753 no segundo trimestre de 2015 comparados a R$90.115 no segundo trimestre de 2014, aumento de 111,68% decorrente, basicamente, do aumento da dívida indexada ao CDI em 2015 aliado à variação deste indexador em 2015 (3,02%) comparado a 2014 (2,51%);

- Aumento na despesa de variações monetárias de Concessão Onerosa: despesa de R$1.085 no segundo trimestre de 2015 comparados a uma receita de R$224 no segundo trimestre de 2014, representando aumento de 584,38% decorrente, principalmente da variação do IGPM (2,26% no segundo trimestre de 2015 em comparação a uma variação negativa de 0,10% no segundo trimestre de 2014).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no segundo trimestre de 2015, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R$269.699 em relação ao lucro de R$741.758 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 36,36%. No segundo trimestre de 2014, a Companhia apurou despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R$371.112 em relação ao lucro de R$1.098.224 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,79%.

****

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Paraíba, 1122
20º e 21º andares
30130-141 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel: +55 (31) 3269-7400
Fax: +55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1)

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro,
cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às informações contábeis intermediárias, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara ("UHE Jaguara") e São Simão ("UHE São Simão") tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação dos Ministros do STJ a respeito da liminar da UHE Jaguara sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). No dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguara, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 22 de julho de 2015, a Companhia ajuizou novas medidas e pedidos no STJ, que ainda não foram apreciados por este tribunal. Considerando o andamento das discussões judiciais, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 30 de junho de 2015, as receitas e custos operacionais das UHEs Jaguara e São Simão, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7

© 2015 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.